

# A Razão Suficiente de A. Schopenhauer como base epistemológica da Pesquisa em Psicanálise

Cleber Lizardo de Assis

## Resumo

Defende-se que seja necessário apresentar uma justificativa epistemológica da pesquisa psicanalítica, como elemento de fundamentação geral de um trabalho de investigação, apontando suas características científicas e epistemológicas a serem empreendidas. Nesse sentido, este trabalho assim se organiza e objetiva: uma discussão breve sobre epistemologia e ciência, em especial, na Psicologia; trata-se do diferencial epistemológico em Psicanálise; e, finalmente, evoca-se a discussão epistemológica desenvolvida por A. Schopenhauer, em torno da sua noção de Razão Suficiente do Devir e do Conhecer, como possibilidades de fundamento para a pesquisa em Psicanálise.

**Palavras-chave:** Pesquisa em Psicanálise; Epistemologia e Ciência; Razão suficiente.

Entendemos que seja necessário apresentar uma justificativa epistemológica da pesquisa, como elemento de fundamentação geral de um trabalho de investigação, apontando suas características científicas e epistemológicas a serem empreendidas, o que não deve ser diferente com a pesquisa em Psicanálise.

Nesse sentido, este trabalho assim se organiza e objetiva: primeiramente, faremos uma discussão breve sobre epistemologia e ciência, em especial

na Psicologia; trataremos do diferencial epistemológico em psicanálise; e, finalmente, evocaremos a discussão epistemológica desenvolvida por A. Schopenhauer, em torno da sua noção de Razão Suficiente do Devir e do Conhecer, como possibilidade de fundamento para a pesquisa em psicanálise.

## Epistemologia, ciência e Psicologia

Cabe à epistemologia, ou teoria do conhecimento, ramo da filosofia oriunda da gnosiologia, se ocupar dos problemas relacionados ao conhecimento que, segundo Williams (2001) se apresenta da seguinte forma: 1- *problema analítico*: em que se procura definir o que é conhecimento propriamente dito, diferenciando-o de crença ou opinião; 2- *o problema da demarcação*: refere-se ao que se pode conhecer da realidade, em termos de limite cognoscente, pensando as fronteiras entre conhecer e o que não é dessa ordem, além de questões sobre a natureza de um conhecer *a priori* e *a posteriori*; 3- *o problema do método*: relaciona-se com o modo como efetivamente realizamos para obter o conhecimento; ou seja, discussão sobre as várias formas de se conhecer, em especial e como exemplo, nas ciências naturais e humanas; 4 – *o problema do cepticismo*: trata da indagação sobre a impossibilidade de se realmente conhecer, posto que conhecer exige justificativa; e, finalmente, 5 - *o problema do valor*: em que se indaga sobre o sentido do conhecer, seus objetivos e valores envolvidos.

Para Bunge (1980), é tarefa da epistemologia estudar o conhecimento científico, do seu descobrimento e da justificativa de suas teorias, bem como a relação entre conhecimentos gerais e situações particulares e a própria distância entre o teórico e o empírico (Macbeth, Cortada de Kohan, & Razumiejczyk, 2007).

Um problema epistemológico de alcance prático e social<sup>1</sup>, citado por Macbeth et al. (2007), é o caso do famoso criminologista Lombroso (1876), que, a partir do método indutivo adotado na ciência moderna, buscava, a

---

1 Esse problema epistemológico de alcance prático e social será retomado em um capítulo específico da tese, que tratará dos diversos conjuntos de teorias que buscam explicação para a delinquência, quais sejam, as sociológicas, biológicas e psicológicas. (QUANDO FALA DA “TESE”, ESTA NOTA FAZ SENTIDO?)

partir de observações empíricas de formatos de crânios e faces, em especial de suas deformações, produzir generalizações que levassem a concluir que tipos possuidores de certas formações e deformações seriam delinquentes, fundando uma linha teórica de explicação desse quadro a partir de anormalidades biológicas.

Segundo Popper (1934, citado por Macbeth et al., 2007), o procedimento indutivo que ocorre no empirismo lógico ou positivismo lógico, é um erro, posto que não se pode construir uma teoria científica a partir de generalizações feitas em decorrência da observação; sua argumentação é que uma observação pode invalidar todo o conjunto de generalizações, e, assim, levar a um falseamento dos resultados, e não a uma verdade.

Sabe-se que R. Descartes (1596-1650) é referência em relação à filosofia e à ciência moderna, com sua ênfase epistemológica na razão, o que determinaria os rumos da produção do conhecimento em quaisquer domínios disciplinares.

Contudo, as questões que compõem os problemas da epistemologia, tais como propostos por Williams (2001), em especial sobre a) o ceticismo ou os limites do conhecer, bem como a b) questão do método em ciências naturais versus ciências humanas e sociais, presidiriam a história do conhecimento ocidental e, em especial, o conhecimento em Psicologia desde a fundação dessa ciência.

Cabem aqui algumas notas, mesmo que sucintamente, à segunda questão, sobre a diferença epistêmico-metodológica nas ciências naturais e nas ciências humanas/sociais, ao que evocaremos a contribuição importante de W. Dilthey<sup>2</sup>, expoente alemão da escola filosófica-hermenêutica<sup>3</sup> romântica do final do século XIX, que buscava os fundamentos filosóficos e epistemológicos para um tipo de “conhecimento científico alternativo ao conhecimento ‘positivista’ e ‘naturalista’” (Scocuglia, 2012).

---

2 São obras fundamentais de W. Dilthey sobre o tema da distinção entre ciências naturais e ciências humanas, *Introduction to the Human Sciences* (1883), *Ideas Concerning a Descriptive and Analytical Psychology and The Formation of the Historical World in the Human Sciences* (1910).

3 Não é nosso objetivo, no escopo deste artigo, apresentar o rico quadro composto pela hermenêutica como disciplina interpretativa; referimo-nos, no entanto, à importância que essa ciência obteve desde o séc. XVIII, a partir de Schleiermacher na filosofia, abordagens interpretativas nas ciências sociais de Max Weber, na fenomenologia de Alfred Schutz, na dramaturgia de Ervin Goffman, na hermenêutica crítica de Jürgen Habermas, além de Gadamer e o próprio Dilthey.

Algumas das preocupações epistemológicas de Dilthey eram, segundo Scocuglia (2012):

criticando a visão positivista e a empiricista, afirmava não ser possível no campo das ‘ciências do espírito’ (*Geissenswissenschaften*) ou das ciências humanas, se falar em ‘leis gerais’, questionava o próprio conceito de ‘causa’, pois, para ele, esse conceito implicava a ideia de necessidade e inexorabilidade – sendo mais correto pensar-se em termos de ‘motivos’, de ‘desejos’ para explicar situações de mudança (p. 250).

Este cisma entre ciências naturais e ciências humanas/sociais, essas últimas chamadas de “ciências do espírito”, o problema do estatuto de causalidade dos fenômenos nessas ciências, bem como a discussão sobre uma definição do objeto de estudo e a possibilidade de conhecê-lo, serão marcantes na história do conhecimento produzido em Psicologia, tanto que sabemos atualmente da existência de diversas “psicologias” com suas escolhas epistemológicas.

O que Dilthey diferencia é o conceito de “explicação” (*Erklärung*) adotado nas ciências da natureza do conceito de “compreender” (*Verstehen*) aplicado nas ciências humanas/sociais para tratar as mesmas ações, crenças e outros fenômenos humanos em termos de seus significados.

O modo explicativo adotado nas ciências da natureza, com seu método em busca de regularidade, leis gerais e causais, previsibilidade e controle, não poderia ser transposto às “ciências do espírito” e ao seu método de produção de verdades. Essas ciências, mesmo adotando rigores metodológicos em sua investigação dos fenômenos humanos, teriam um caráter mais interpretativo e hermenêutico na condução do processo de conhecer e “explicar” os fenômenos.

O conhecer em Dilthey é, portanto, uma faculdade do espírito e não meramente do intelecto e da razão; e o conhecimento, um produto que inclui a intencionalidade subjetiva e elementos irreduzíveis a uma sentença dogmática. Sua epistemologia aponta para a produção de um conhecimento compreensivo e interpretativo dos fenômenos sociais e culturais, quando os problemas humanos poderão escapar à lógica causalista positivista aplicada à explicação dos fenômenos naturais.

Há algo de resgate do “resto” nessa hermenêutica diltheyana que nos

remete à *res extensa* descartiana, em especial elementos relacionados à subjetividade do cientista-hermeneuta, desprezados em nome de sua *res cogitans*. Esse mesmo “resto” será “recolhido” como objeto de estudo também da Psicanálise como teoria e método de conhecimento em ciências humanas, em particular na Psicologia, tema que trataremos em breve.

Em relação ao nascimento e formalização da ciência “Psicologia”, todos os problemas epistemológicos apontados por Williams (2001) a presidiram e marcaram seu desenvolvimento como o que denominamos “disciplina multidisciplinar”. Ou seja, a Psicologia nasce marcada por epistemologias diversas e conflitivas, seja copiando o modelo das ciências naturais, tentando um modelo científico-humano, ou dialetizando as duas possibilidades.

Tal diversidade epistemológica marcante na ciência psicológica aparece sob diversas nuances, seja na sua dimensão teórica, como aponta Drawin (1985, baseado em Voegelin, 1979):

Ao generalizar os métodos das ciências da natureza triunfantes e introjetá-los na Psicologia, sob a forma de priorização do método sobre o objeto, o positivismo dificultou enormemente a autoconsciência da Psicologia como *ciência teórica*, isto é, saber dotado de princípios, de densidade e autonomia próprias (p. 15).

Prossegue Drawin (1985) ao tratar também da fragmentação técnica em Psicologia: “A psicologia herdou um conjunto disparatado de procedimentos, uma infinidade de técnicas heterogêneas em sua operacionalidade e, mesmo, antagônicas em seus objetivos” (p. 14).

Finalmente, Drawin (1985) aponta seu último eixo, o da práxis profissional em que se articula o agir ético e político, também marcado por entraves da multiplicidade epistemológica em Psicologia:

A Psicologia não é mais apenas o universo mental de contornos indefinidos onde circulam diversas teorias e técnicas, mas se concretiza numa profissão, isto é, torna-se uma presença específica na totalidade da vida social e sofre o influxo do jogo de valores e normas que fazem a sua tessitura ideológica. É na obscuridade – porque é um jogo de ocultamento – desses interesses, expectativas e demandas em conflito, que o perfil, que a imagem do Psicólogo enquanto profissional vai-se definindo (p. 17).

Ao se referir à forma de produção de conhecimento em Psicologia, Drawin (1985) aponta que este, “não podendo mais ser definido nos termos de uma

adequação com a realidade dada, passa a ser referido como a construção por um sujeito” (p. 17). E, para falar de “objeto” da Psicologia, o mesmo autor afirma:

Ora, a Psicologia – como todo saber – não foi criada ‘ex-nihilo’ por um ato lógico, encontrando à sua disposição um *objeto* dado pela natureza e que estava à sua espera. O *objeto* da Psicologia vai sendo pacientemente recortado do conjunto das práticas sociais, vai constituindo-se ideologicamente. Que *objeto* é este? O *indivíduo*, interpretado como consciência ou como comportamento. E que indivíduo é este? Não um *ente Natural*, mas o *ente ideológico* desta ética abstrata, que vacila sempre entre o abismar-se no indizível da consciência e o limitar-se no reducionismo utilitarista (*ibidem*).

A proposta de produção de conhecimento neste artigo procurará considerar todos esses problemas apontados acerca da diversidade epistemológica nas ciências, em especial na Psicologia.

Diante do exposto sobre a relação entre ciência e epistemologia, particularmente a partir da contribuição de W. Dilthey, nossa pesquisa localiza-se no campo das “ciências do espírito”, onde se localizam as ciências humanas e sociais por aquele autor, constituindo a marca de nossa investigação, uma compreensão do fenômeno, sem sua redução a uma causalidade positivada e nos moldes da explicação finalista das ciências naturais.

No entanto, o rigor metodológico na produção deste artigo será perseguido na sua *dimensão teórica*, ao situar o conceito e autor referente, nas mais diversas abordagens psicanalíticas e em outros referenciais teóricos de suporte; na sua *dimensão técnica*, pretende-se utilizar de recursos que possibilitem a resolução de problemas de ordem operacional da pesquisa, em especial sob a forma de leitura e tratamento dos dados de base; em sua vertente *ética*, não descartaremos elementos que constituem nosso agir político como pesquisador, com nossos atravessamentos ideológicos no trato da coisa científica, operando os devidos distanciamentos para operar uma crítica do material produzido.

Como nosso referencial teórico principal, trata-se da Teoria Psicanalítica, de base freudiana e com aportes decisivos do pós-freudiano de D. W. Winnicott. Julgamos serem necessárias algumas considerações sobre a relação entre epistemologia e psicanálise, o que trataremos a seguir.

## Epistemologia e Psicanálise

Segundo Guerra (2010), a contribuição da psicanálise no campo acadêmico-científico trouxe modificações e contribuições para ambos os lados, em especial para as ciências humanas, seja levantando questões epistemológicas e metodológicas para seu interior, apesar da hegemonia do método cartesiano com sua centralização racional descartiana, sua tentativa de exclusão da subjetividade do pesquisador e toda a configuração de conhecimento decorrente.

Dentre essas mudanças ocorridas a partir de R. Descartes, em especial nos modos de conhecer e fazer ciência, destaca-se que “no lugar da revelação religiosa, o método; no lugar da natureza do fenômeno, a observação e a investigação; no lugar do dogma religioso, a suspeita científica” (Guerra, 2010, p. 132).

Evocando Lacan (1965/1998), Guerra (2010) defende a pesquisa em psicanálise a partir de “uma ciência que não forclui a presença do sujeito, mas, ao contrário, a considera como condição de possibilidade da própria ciência” (p. 131).

Por meio de seu *cogito*, Descartes apregoa a razão como guia do pensamento e da produção de conhecimentos, em especial científicos, em contrapartida a um tempo em que sensações, emoções, intuições e crenças marcavam os modos de estabelecimento de verdade.

Essa *doxa* descartiana fundada na razão que elimina a subjetividade e o sujeito, segundo Garcia-Roza (1984), deixa de lado a questão sobre o que é o Eu com sua aura subjetiva mesmo que atribua a esse mesmo Eu o poder da racionalidade (Guerra, 2010).

O que se depreende é que o Eu aparece cindido entre sua substância racional que conhece e sua substância irracional que desconhece, mas que, no entanto, trará repercussões sobre o eu-racional (*res cogitans*) mediante o conceito de inconsciente apregoadado por S. Freud. Assim, o “pensar” e a “consciência” tornam-se insuficientes como únicos critérios e estatutos de verdade.

A *res extensa* composta pelo corpo e todos os elementos que a compõem, tais como as paixões, desejos e impulsos, ficam separados e excluídos do processo de acesso à verdade em nome do privilegiamento da razão que a tudo domina.

Aqui, evocamos a célebre fórmula freudiana de que “o homem não é senhor de si mesmo nem em sua própria morada” (Freud, 1917/1976), referindo-nos ao subjugamento da *res cogitans* à *res extensa*, da consciência pelo inconsciente.

Sabemos, porém, que uma tentativa de valorização dessa substância deprezada chegou a ser operada pelo empirista e sua ênfase na experiência sem, no entanto, depor o papel de final julgador da racionalidade sobre o experienciado pelo sujeito cognoscente.

Num contexto contemporâneo, também chamado de pós-moderno, discutem-se as limitações das categorias de racional e consciência, bem como a onipotência das verdades apregoadas pela ciência positivista (Sauret, 2003).

Em suma, o próprio movimento epistemológico na história evoca a necessidade de se acolherem elementos antes desprezados – nesse caso, os elementos relacionados à subjetividade em geral, e a do pesquisador, em específico. Tal postura se harmoniza com as descobertas freudianas de um psiquismo e subjetividade para além do mero esquema mente-cérebro da medicina mental e da psiquiatria nascente, que se tornou a responsável em grande parte pelo tratamento das coisas do espírito e da alma. A Psicanálise, portanto, emerge como um “outro saber”, que se ocupa também do consciente e da razão, mas, em especial, do resto que o conhecimento científico e positivista desprezou na formulação de verdades.

Assim, a Psicanálise como saber-sem-onipotência (ou uma parte da *Weltanschauung* científica, segundo Freud, 1933/1976), emerge como possibilidade de resgate do Eu e do Sujeito, mesmo que cindido entre sua consciência e sua irracionalidade, sua objetividade e sua subjetividade, abrindo espaço para pesquisas e métodos que incluem também o próprio pesquisador junto ao seu objeto de estudo. Assim, Freud (1933/1976), apresenta sua “ciência”:

De um **procedimento de investigação** dos processos psíquicos, que, de outra forma, mal seriam acessíveis; de um **método de tratamento** das perturbações neuróticas que se baseia nessa investigação; de uma série de **concepções** psicológicas obtidas por esse meio e que se fundem progressivamente em uma disciplina científica nova (p. 287, grifos nossos).

Nesse sentido, a Psicanálise não se opõe à Ciência, mas a complementa e a enriquece, posto que amplia o objeto de conhecimento e seus modos de conhecê-lo.

É exatamente harmonizando com essa justificativa de a Psicanálise ser teoria e ter uma epistemologia própria de produzir conhecimento que nossa pesquisa se configura como estudo científico em Psicanálise dos fenômenos antissociais e delinquentes juvenis.

Tal epistemologia psicanalítica será a base de nossa proposição metodológica e delineamento do tema, da execução da coleta e da análise de dados, em perspectiva qualitativa e buscando os rigores científicos das ciências humanas para corroborar a produção de conhecimento em Psicologia e sem perder a chama de “espírito investigativo da psicanálise”, nas atribuições feitas por Guerra (2010) quanto ao uso da psicanálise em pesquisa científica:

Ela nos ensina a arte da suspeita e nos inspira o cuidado metodológico e cauteloso acerca dos limites da produção de uma ‘verdade’ científica, posto que ela será sempre remetida àquilo que causa o sujeito e seu universo investigados. Convida o homem, enquanto sujeito – e, ao mesmo tempo, enquanto objeto que sofre a incidência desses saberes sobre ele próprio –, a responsabilizar-se pela produção científica que realiza e pelos efeitos de sua inserção e aplicação no mundo (p. 142).

À luz desse “espírito investigativo” psicanalítico é que se deve buscar por respostas e novas perguntas na pesquisa que tem a Psicanálise como base teórico-epistemológica.

Ressaltamos que, mesmo em estudos à luz da teoria psicanalítica, e que não tratam de pesquisa clínica e nos quais se privilegia o método clínico adotado classicamente nesse campo, tais estudos de problemas “mais sociais” (delinquência juvenil, por exemplo) podem ser compreendidos em termos do que Sauret (2003, citado por Guerra, 2010) propõe como uma pesquisa em psicanálise. O problema de natureza clínica e social (delinquência juvenil) é então apresentado à psicanálise como um problema cujo estudo pode

ampliar o campo da experiência analítica e que exige, portanto, um exercício de crítica cultural e, mesmo se utilizando de aportes teóricos e metodológicos legítimos, não descarta o elemento subjetividade do pesquisador na análise de seu objeto e na produção do conhecimento.

Julgamos ser necessário ainda apresentar uma justificativa e uma classificação de nossa pesquisa, à luz das reflexões epistemológicas propostas por A. Schopenhauer e sua *razão suficiente*, que forneçam subsídio teórico e metodológico à nossa reflexão.

## Epistemologia em A. Schopenhauer

As contribuições filosófico-epistemológicas de A. Schopenhauer em torno do seu “princípio de razão suficiente” são importantes para a produção do pensar científico no Ocidente, em especial na ciência psicológica, o que, sob o nosso julgar, contribui com aportes ao nosso projeto doutoral que pleiteamos, o que é também defendido por Barreira (2011)<sup>4</sup> como princípio fundamental para qualquer objeto de estudo devido à sua defesa de fundamentos lógico-epistemológicos.

O princípio da Razão Suficiente de A. Schopenhauer (1847 [1813], citado por Barreira, 2011), toma por base lógica o axioma: “Nada é sem uma razão para que seja”, o que, aplicado ao conhecimento da realidade, possui implicações epistemológicas quadrulares ou apresentadas em quatro “modos” (“quádrupla raiz”): 1- princípio de razão suficiente no devir, 2 - princípio de razão suficiente do conhecer, 3 - princípio de razão suficiente do ser e 4 - princípio de razão suficiente da motivação.

Sobre a aplicação dessa “quádrupla raiz”, pode-se dizer que, ao se buscar conhecer um fenômeno da realidade, os modos e caminhos explicativos poderão ser diversos de acordo com o objeto de conhecimento, o que aponta que cada um desses modos de conhecer. Mesmo que busque uma explicação total de um fenômeno, obterá no máximo, uma produção parcial ou um discurso parcial do referido fenômeno. Assim, a realidade explicada por cada um dos princípios será sempre uma realidade parcialmente esgotada.

Schopenhauer propõe quatro condições de acesso ao conhecimento do fenômeno de acordo com a possibilidade de acesso ao objeto: por uma representação intuitiva, por uma representação abstrata, pelo tempo e espaço e pela vontade. Assim, não se discute o estatuto de verdade do fenômeno, ou se cada um desses “modos de conhecer” são mais reais ou verdadeiros que outros, mas a diversidade explicativa de um mesmo fenômeno.

O princípio de Schopenhauer é lógico e proposto como existente de forma *a priori* a diversas formas de conhecimento; um algoritmo lógico ou “juízo” que articula e relaciona um elemento antecedente (razão) a um elemento resultante (efeito da razão). Desse modo, “nada” (ou seja, qualquer fenômeno existente) é desprovido de uma razão anterior a ele mesmo; de outro modo: todas as coisas tem uma razão explicativa mesmo que variem as formas e modos de explicação.

Essa “razão” é lógica e “suficiente” para realizar uma explicação e possui quatro “modos cognoscentes” diferentes e de acordo com o objeto a conhecer, o que aponta para uma multiplicidade epistemológica importante para a investigação de qualquer fenômeno da realidade ou a própria realidade.

Para A. Schopenhauer, assim se caracteriza cada um dos princípios da razão suficiente: 1- o princípio de razão suficiente no devir se relaciona ao objeto cognoscente por meio de representações intuitivas, completas e empíricas; 2 – o princípio de razão suficiente do conhecer se organiza sob a forma de representações abstratas e conceituais; 3 – o princípio de razão suficiente do ser se expressa em representações, que são o tempo e o espaço; e 4 – o princípio de razão suficiente da motivação se organiza em todo objeto da vontade.

É importante ressaltar que, segundo Schopenhauer, esses quatro modos de estabelecer uma razão ou explicação para os fenômenos não podem se misturar, ou seja, um não se pode atribuir um antecedente empírico (corpo) a um conseqüente abstrato (mente); ou seja, o corpo e a mente correspondem a registros epistemológicos diferentes: ao fenômeno “corpo”, de ordem empírica, pode-se utilizar de representações como cérebro, átomos etc.; e

---

4 Tomo por base a obra doutoral de A. Schopenhauer: *Da quádrupla raiz do princípio da razão suficiente* (1847[1813]). Madrid: Editorial Gredos, 1998.

à “mente”, elementos de ordem abstrata como pensamento, linguagem etc. (Barreira, 2011).

Em suma, o Princípio da razão suficiente de devir tem como base as representações empíricas (exemplo: o déficit no cérebro foi a causa da adicção), predominantes nas ciências naturais, nas quais o tipo de relação é de causa e efeito, com uma busca de evidência e explicação. No Princípio da razão suficiente do conhecer, os objetos são os conceitos abstratos (ex.: o déficit de simbolização foi a causa da adicção), predominantes nas ciências humanas e sociais, em que se busca um tipo de relação entre antecedente e consequente baseado no argumento e na compreensão. O Princípio da razão suficiente de ser refere-se às representações acerca dos *a priori* metafísicos e estruturais (ex.: as explicações metafísicas como do tempo e do espaço) e predominam em ciências como a Filosofia e a Lógica. Quanto ao Princípio da razão suficiente da motivação, mesmo sem o devido aprofundamento na obra de Schopenhauer, deduzimos que se trata das representações da motivação e da vontade, que marcam o tipo de conhecimento artístico e religioso.

## Considerações finais: possibilidades de pesquisas em Psicanálise

Em relação à localização e à classificação do tipo de epistemologia de base para uma pesquisa que trate, por exemplo, da delinquência juvenil, diferentemente de S. Freud, que buscou uma articulação dos três primeiros princípios schopenhaureanos para a formulação de sua teoria, pode-se manejar uma produção de conhecimento em torno dos seguintes princípios:

1—Princípio da razão suficiente de **devir**, no qual se utiliza de representações empíricas (ex.: a insuficiência de um ambiente qualitativamente saudável representado pela mãe-singular e o suporte social-particular podendo levar a práticas antissociais em juvenis e, daí, à utilização de aportes de D. W. Winnicott), predominantes nas ciências naturais, mas que seriam úteis neste trabalho, mesmo que não se busque um tipo de relação do tipo causa-efeito e tomando por base evidências e explicações exatas e absolutas;

2 - Princípio da razão suficiente do **conhecer**, com os objetos e conceitos abstratos (ex.: dificuldades em fases precoces do desenvolvimento psíquico e do Édipo, do sentimento de culpa e da reparação puderam levar a problemas de práticas delinquentes, em que se podem destacar os aportes de S. Freud), em que se busca um tipo de relação entre antecedente e conseqüente baseado no argumento e na compreensão, e não em uma explicação biologizante.

Cabe, finalmente, ressaltar a importância de delimitar ou quiçá procurar uma diferenciação entre esses dois princípios epistemológicos, para que, nos dizeres de Barreira (2011), não se produzam “reducionismos” (ou se incorra neles), sejam eles sociologizantes ou psicologizantes nas compreensões e/ou explicações do fenômeno clínico e/ou social investigados.

Pode-se tentar, nesse sentido, um caminho dialético, em que os princípios da razão de devir e de conhecer possam se desenvolver de modo próprio e em paralelo, para que, em alguma medida, se toquem e dialoguem numa forma de metaepistemologia responsável e prudente.

## Referências

- Barreira, I. (2011). *Actualidad de Schopenhauer – De la cuádruple raíz Del principio de razón suficiente*. Buenos Aires (Inédito).
- Bunge, M. (1980). *Epistemología*. Primera edición em siglo XXI. México, DF: Siglo veintiuno castellana, 1997.
- Drawin, C. R. (1985). Ética e Psicologia: Por uma demarcação filosófica. *Psicol. cienc. prof.*, 5(2). Recuperado em 11 março, 2013, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931985000200005&lng=es&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931985000200005&lng=es&nrm=iso)
- Freud, S. (1933/1976). A questão de uma *Weltanschauung*. In S. Freud. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 22, 3a ed., pp. 193-220). Rio de Janeiro: Imago.
- Garcia-Roza, L. A. (1984). *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Guerra, A. M. C. Psicanálise e Produção Científica. In Kyrillos Neto, F. & Moreira, J. O. *Pesquisa em Psicanálise: Transmissão na universidade*. Belo Horizonte: Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2010.
- Macbeth, G., Cortada de Kohan, N., & Razumiejczyk, M. E. (2007, marzo). Perspectivas en epistemología de la psicología. *Cognitiva. Revista Virtual de Psicología y Psicopedagogia*, 6(16).
- Sauret, M. J. (2003). *A pesquisa em psicanálise*. *Psicologia*, 14(3), 89-104.
- Schopenhauer, A. (1847[1813]/1998). *Da quádrupla raíz do princípio da razão suficiente*. Madrid: Editorial Gredos.

Scocuglia, J. B. C. (2012, julho/dezembro). A hermenêutica de Wilhelm Dilthey e a reflexão epistemológica nas ciências humanas contemporâneas. *Sociedade e Estado*, 17(2).

Williams, M. (2001). *Problems of Knowledge: A Critical Introduction to Epistemology* (pp. 1-5). Oxford: Oxford University Press.

## The Enough Reason of A. Schopenhauer as epistemological basis of research in Psychoanalysis

### Abstract

It is argued that it is necessary to present an epistemological justification of psychoanalytic research, as part of reasoning general research work, pointing their scientific and epistemological characteristics to be undertaken; Thus, this work is well organized and objective: a brief discussion about epistemology and science, especially in Psychology, it is the epistemological gap in Psychoanalysis and finally conjures up the epistemological discussion developed by A. Schopenhauer around his notion of Sufficient Reason of Becoming and Knowing as possibilities foundation for research in Psychoanalysis.

**Keywords:** Research in Psychoanalysis; Epistemology and Science; Reason enough.

## Une Raison Suffisante A. Schopenhauer comme base épistémologique de la recherche en Psychanalyse

### Résumé

Il fait valoir qu'il est nécessaire de présenter une justification épistémologique de la recherche psychanalytique, dans le cadre du raisonnement travail général de la recherche, en montrant leurs caractéristiques scientifiques et épistémologiques à entreprendre; Ainsi, ce travail est bien organisé et objectif: une brève discussion sur épistémologie et les sciences, en particulier en psychologie, il est l'écart épistémologique en psychanalyse et évoque enfin la discussion épistémologique développée par A. Schopenhauer autour de sa notion de raison suffisante de devenir et de connaissance, en tant que fondement des possibilités de recherche en psychanalyse.

**Mots-clés:** La recherche en psychanalyse, Épistémologie et de la science; Une raison suffisante.

# La Razón Suficiente de A. Schopenhauer como base epistemológica de la investigación en Psicoanálisis

## Resúmen

Se argumenta que es necesario presentar una justificación epistemológica de la investigación psicoanalítica, como parte del razonamiento general de trabajo de investigación, señalando que se realizarán sus características científicas y epistemológicas; por lo que este trabajo está organizado y con objetivo: una breve discusión sobre epistemología y la ciencia, especialmente en Psicología; hace lo diferencial de la epistemología en Psicoanálisis y, finalmente, evoca la discusión epistemológica desarrollada por A. Schopenhauer alrededor de la noción de Razón Suficiente del Devenir y del Conocer como fundamento posibilidades para la investigación en Psicoanálisis.

**Palabras-chave:** Investigación en Psicoanálisis, epistemología y Ciencia, Razón suficiente.

Recebido/Received: 24.10.2013/24.10.2013

Aceito/Accepted: 7.11.2013/7.11.2013

## Cleber Lizardo de Assis

*Mestre em Psicologia/Processos Psicossociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Doutorando em Psicologia na Universidad del Salvador-AR (USAL). Coordenador do Grupo de Pesquisa Estudos Psicossociais Regionais (Linhas de Pesquisa: Saúde Mental Coletiva e Gênero e Violência) da UNESC-RO - Faculdades Integradas Cacoal. (Cacoal, Rondônia, Br) kebelassis@yahoo.com.br*